

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)



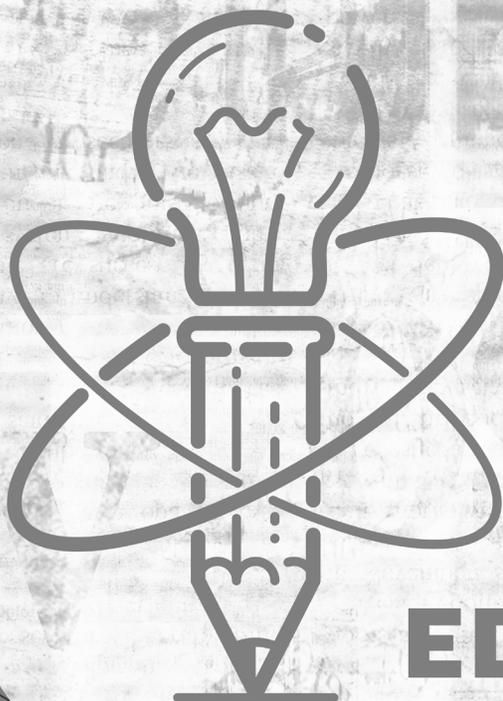
A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Políticas educacionais e
o saber e o fazer educativos

 **Atena**
Editora
Ano 2023

3

Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)



A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Políticas educacionais e
o saber e o fazer educativos

Atena
Editora
Ano 2023

3

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campina
 sProfª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 aProfª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia / Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A educação enquanto fenômeno social: políticas educacionais e o saber e o fazer educativos 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
E24	<p>A educação enquanto fenômeno social: políticas educacionais e o saber e o fazer educativos 3 / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-0995-3 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.953231602</p> <p>1. Educação. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O cenário social atual, permeado por aceleradas alterações econômicas, políticas, sociais e culturais exige novas formas de compressão das relações de entre os indivíduos e desses com o conhecimento. Assim, os processos educativos auxiliam no desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades mentais indispensáveis para o convívio social. Nesse contexto, a obra: **A educação enquanto fenômeno social: Políticas educacionais e o saber e o fazer educativos 3**, fruto de esforços de pesquisadores de distintas regiões brasileiras e estrangeiras, reúne pesquisas que se debruçam no entendimento das perspectivas educacionais contemporâneas.

Composta por dezoito capítulos, a livro apresenta estudos teóricos e empíricos, que versam sobre os processos pesquisa, ensino e de aprendizagem sob a perspectiva de seus atores e papéis. Com efeito, apresenta cenários que expõem experiências que dialogam com distintas áreas do conhecimento, sem contudo, perder o rigor científico e aprofundamento necessário.

Por fim, destacamos a importância da Editora Atena e dos autores na divulgação científica e no compartilhamento dos saberes cientificamente produzidos, à medida, que podem gerar novos estudos e reflexões sobre a temática. Ademais, esperamos contar com novas contribuições para a ampliação do debate sobre a educação enquanto um fenômeno social.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

CAPÍTULO 1	1
GESTÃO EDUCACIONAL NO TERCEIRO SETOR E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE SUJEITOS EM VULNERABILIDADE SOCIAL DO BAIRRO DO VERGEL DO LAGO: ATUAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) QUE ATUA NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ	
Mirian Patrícia de Albuquerque Ferreira Michaelly Calixto dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9532316021	
CAPÍTULO 2	11
INOVAÇÕES NA PRÁXIS PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO INICIAL DO CURSO DE LETRAS DA UEA/CEST EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Clarissa Praia dos Santos Teresinha de Jesus de Sousa Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9532316022	
CAPÍTULO 3	34
INTERAÇÕES PEDAGÓGICAS EM TEMPO DE PANDEMIA: UMA EXPERIÊNCIA COM O ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	
Camile Mohana de Carvalho Conte	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9532316023	
CAPÍTULO 4	40
JUVENTUDE, PROJETO DE VIDA E A ESCOLA DE REFERÊNCIA PARA O ENSINO MÉDIO	
Daniel Ferreira de Lima Ana Cláudia Ribeiro Tavares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9532316024	
CAPÍTULO 5	50
LA RAZÓN Y LA EMOCIÓN COMO UNA DINÁMICA RELACIONAL APLICABLE AL CONTEXTO ESCOLAR	
Jenny Alexandra Gil Tobón Luis Fernando Garcés Giraldo Conrado Giraldo Zuluaga	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9532316025	
CAPÍTULO 6	62
LEARNING, IN LITHUANIA, WHAT IS NEEDED TO WALK THE PATH(S) TOWARD A DREAM EDUCATION	
Luciana Kinoshita	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9532316026	
CAPÍTULO 7	74
LIDERANÇA DE ENFERMAGEM: DIANTE O OLHAR DOS TÉCNICOS E	

AUXILIARES DE ENFERMAGEM DE UM HOSPITAL PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MINEIROS – GO

Aline Drízia de Carvalho Dias
Marina Mairla de Souza
Euvani Oliveira Sobrinho
Manuce Aparecida M. Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9532316027>

CAPÍTULO 888

MUNICIPALISMO E EDUCAÇÃO ENTRE AS DÉCADAS DE 40 E 50 DO SÉCULO XX: A QUESTÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA

Daisy Laraine Moraes de Assis
Janete Ruiz de Macêdo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9532316028>

CAPÍTULO 998

O IMEDIATISMO NA APRENDIZAGEM DE LÍNGUA INGLESA: UM OLHAR A PARTIR DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL EM DIÁLOGO COM O CAMPO DA LINGUÍSTICA

Janaina Mattos Bernardi
Fabiana Diniz Kurtz da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9532316029>

CAPÍTULO 10..... 106

OBSTÁCULOS DOS DISCENTES DO 2º ANO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO IFAM *CAMPUS* EIRUNEPÉ FRENTE À PANDEMIA

Tarcísio Roberto Cavalcante da Silva
Letícia Moreira Costa
Maria Nataly de Oliveira Chaves
Natália Ferreira do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95323160210>

CAPÍTULO 11 124

O ENSINO COMO EXPRESSÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Renata Lopes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95323160211>

CAPÍTULO 12..... 129

O PAPEL DO PROFESSOR NA COMPREENSÃO DE PROFESSORES INICIANTE E EXPERIENTES: UMA APROXIMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE SOCIAL

Adriele Freire Monteiro
Adriana Ziemer Gallert

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95323160212>

CAPÍTULO 13..... 139

O PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS DE UMA INSTITUIÇÃO

Lizandra Falcão Gonçalves

Andréia Vedoin

Yasmine Espindola Pôrto

Mariglei Severo Maraschin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95323160213>

CAPÍTULO 14..... 146

O PROFESSOR E O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SALA DE AULA TENDO COMO BASE AS METODOLOGIAS ACTIVAS

Herminio Abílio Muchave

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95323160214>

CAPÍTULO 15..... 165

O PROFESSOR EXPERIENTE E A FORMAÇÃO DO FORMADOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sueli de Oliveira Souza

Simone Albuquerque da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95323160215>

CAPÍTULO 16..... 176

O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Elisabete Soldá

Carine Bonato

Eunice Maria Dall Agnol Oliveira

Maria de Oliveira

Verônica Chaves

Aline Camera Francescheto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95323160216>

CAPÍTULO 17..... 184

O USO DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE BORBA

Neuzimar Lima Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95323160217>

CAPÍTULO 18..... 194

AValiação DOS EGRESSOS DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO EM SAÚDE DE SÃO PAULO - IPESSP

Nilva Aparecida Oliveira

Flávio Morgado

Gabriela Rodrigues Zinn
Raquel Aparecida de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.95323160218>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 210

ÍNDICE REMISSIVO.....211

O PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: EXPERIÊNCIAS DE UMA INSTITUIÇÃO

Data de submissão: 19/01/2023

Data de aceite: 01/02/2023

Lizandra Falcão Gonçalves

Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM)
Santa Maria- RS
<http://lattes.cnpq.br/7138817951212687>

Andréia Vedoin

Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM)
Santa Maria- RS
<http://lattes.cnpq.br/6196255018259461>

Yasmine Espindola Pôrto

Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM)
Santa Maria- RS
<http://lattes.cnpq.br/7208411020242063>

Mariglei Severo Maraschin

Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM)
Santa Maria- RS
<http://lattes.cnpq.br/4397982308559255>

RESUMO: Este estudo tem como tema o processo de inclusão de estudantes em uma escola de Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo geral consiste em analisar quais são e como se concretizam experiências para a inclusão na instituição

de EPT. Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa e os dados foram produzidos a partir de estudos das políticas públicas de inclusão, da análise do Projeto Pedagógico da escola de EPT. Verificou-se que as experiências para inclusão se concretizam através de ações construídas pelos sujeitos do colégio, em especial, das seguintes: reserva de vagas nos processos seletivos para os estudantes com deficiência, trabalho colaborativo e formação de professores. Essas ações estão relacionadas à permanência e êxito no percurso educacional dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão. Políticas Públicas.

THE PROCESS OF INCLUSION IN PROFESSIONAL EDUCATION AND TECHNOLOGY: EXPERIENCES OF AN INSTITUTION

ABSTRACT: This study has as its theme the process of inclusion of students in a school of Professional and Technological Education. The objective is to analyze what they are and how experiences for inclusion in the PTE institution are implemented. This study presents a qualitative approach and the data were produced from studies of

public inclusion policies, from the analysis of the Pedagogical Project of the PTE school. It was verified that the experiences for inclusion materialize through actions built by the subjects of the school, in particular, the following: reservation of vacancies in the selection processes for students with disabilities, collaborative work and teacher training. These actions are related to the permanence and success in the students educational path.

KEYWORDS: Professional and Technological Education. Inclusion. Public policy.

1 | INTRODUÇÃO

Inicialmente, torna-se importante destacar que neste estudo analisamos a questão da inclusão partindo dos processos de inclusão de estudantes com deficiência, estudantes com dificuldade psicológicas e de aprendizagem, ou seja, da realidade de estudantes com Necessidades Educativas Especiais(NEEs). Parte-se, então, do entendimento de que, para incluir todos os alunos, e não apenas aqueles com deficiências físicas ou intelectuais, é preciso intencionalidade na prática pedagógica, o que exige mudanças de posturas docentes, no sentido de aceitar as diferenças.

Ao verificar a legislação que trata da educação inclusiva, evidenciou-se que, ao longo de vários anos, o Brasil foi carente de leis voltadas à inclusão. Foi a partir de influências de movimentos internacionais, como a Declaração de Salamanca, que o Estado brasileiro começou pensar em uma educação inclusiva.

No contexto, deste estudo, a escola de EPT recebe estudantes nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Esse colégio oferece o Ensino Médio, cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, e essa diversidade faz com que os sujeitos sejam diferenciados e suas necessidades educacionais também sejam diversas.

Desse modo, por ser o Colégio uma escola de Educação Profissional e pela necessidade de construirmos conhecimento acerca das determinações que influenciam os processos de inclusão em EPT no Brasil, foi elaborada a seguinte problematização: Quais são e como se concretizam as experiências para a inclusão na instituição de EPT? Nesse contexto, o estudo proposto tem como objetivo geral analisar quais são e como se concretizam experiências para a inclusão na instituição de EPT.

Para que seja possível atingir esse objetivo, a argumentação proposta para esse estudo organiza-se da seguinte maneira: inicialmente, abordou-se os Procedimentos Metodológicos, esclarecendo o leitor a respeito das escolhas teóricas-metodológicas selecionadas para a produção e análise dos dados; posteriormente, nos Resultados e Discussões, buscou-se conhecer o contexto da instituição de EPT, relacionando o movimento de inclusão realizado pelos sujeitos desta, com o movimento que aconteceu em algumas Políticas Públicas Educacionais; por fim, realizou-se considerações, a fim de retomar aspectos considerados importantes para o processo de inclusão educacional.

2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se caracteriza como qualitativo, tendo em vista que se busca entender o sentido e dar significado aos fenômenos envolvidos no contexto pesquisado. Para isso, o pesquisador propõe-se a analisar o fenômeno, a partir do seu mundo social. Em relação aos dados qualitativos, de acordo com os estudos de Gibbs (2009), são diversos e incluem praticamente qualquer forma de comunicação humana dotadas de sentido, como, por exemplo, entrevistas, observações, vídeos, documentos, diários, fotografias, filmes, entre outros. O tipo mais comum de dado qualitativo utilizado em análises de pesquisas qualitativas é o texto, “que pode ser uma transcrição de entrevistas ou notas de campo de trabalho etnográfico ou outros tipos de documentos” (GIBBS, 2009, p. 17).

As pesquisadoras, ao selecionar a abordagem qualitativa, pretenderam promover uma atitude investigativa, clara e comprometida com a transformação da realidade. Assim, o entendimento do social e conseqüentemente, o contexto, (res)significa aos pesquisadores os olhares interpretativos e necessários para entendimento dos movimentos da inclusão.

O estudo é documental, sendo que a produção de dados foi composta por duas etapas. A primeira consiste na análise das políticas que abordam o processo de inclusão educacional dos estudantes com NEEs, quais sejam: Constituição Federal 1988, Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e Lei Federal Nº 13.409/2016. E a segunda etapa, consiste em analisar o processo educacional da inclusão, de modo local, singular. Para isso, selecionou-se o Projeto Pedagógico da instituição, investigando os movimentos do fenômeno estudado.

O estudo pautou-se no entendimento de que os documentos são carregados de sentido construídos socialmente e de que não são algo neutro e objetivo. A pesquisa documental baseou-se em leis, decretos e normativas. Tendo como referência a discussão sobre pesquisa documental, as autoras Noma, Koepsel e Chilante (2010) produziram um texto sobre Trabalho e Educação em documentos de Políticas Educacionais, no qual destacam que, para analisar documentos de políticas educacionais, é importante considerar “que a realidade não se revela de forma imediata, não basta a simples leitura para apreensão dos conteúdos e para a atribuição de significados aos documentos de políticas educacionais” (NOMA, KOEPESEL, CHILANTE, 2010, p. 67). A partir da discussão das autoras, entende-se que os documentos são materialização de projetos sociais em disputa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação inclusiva é um debate que vem sendo construído a partir de movimentos internacionais os quais pautam esta temática e visam sua difusão. A noção de educação inclusiva é fundamentada por ideais democráticos relativos aos direitos dos cidadãos e no

Brasil passou a ser construída a partir de políticas públicas de Estado .

Em relação à inclusão, destaca no artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988). Esse entendimento abre caminho para novas lutas e reflexões acerca do tema.

Já no que se refere aos movimentos internacionais, pode-se citar a Declaração de Salamanca, que foi elaborada, no ano de 1994. Essa declaração trata em especial da inclusão de crianças, jovens e adultos no sistema regular de ensino (UNESCO, 1994). No artigo 7º desse documento fica determinado que:

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades (UNESCO, 1994, p.05).

A partir desse movimento, o Brasil inicia um processo mais voltado para as políticas de inclusão. No ano de 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394/96. Em seu artigo 2º, a LDB afirma que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Nesse sentido, a lei reforça que a educação é um dever do Estado e da família e que todos possuem direito a ela, sem nenhuma exceção. Além disso, a LDB dá ênfase à educação especial e também destaca a educação profissional. No artigo 59, destaca que “os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes o currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996). Este foi um dos primeiros documentos que passaram a abranger todo o território nacional e assegurar o direito à educação, de modo geral, e ao atendimento especializado, de modo particular..

Nesse novo contexto que estava sendo construído, as instituições de ensino do país precisavam elaborar estratégias, no sentido de promover a inclusão e a permanência dos estudantes no ensino regular. Diante dessas questões, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, foi sancionada em 7 de janeiro de 2008, considera que

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e

integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar. (BRASIL, 2008, p.06).

Pode-se considerar, assim, que a educação inclusiva tem como proposta valorizar as diferenças e permitir convivência diversificada no contexto escolar. Respeitar a diversidade significa reconhecer que há diferenças de gênero, de etnias, de classes sociais e que cada pessoa é diferente em relação à aparência, a sua história de vida, a sua cultura entre tantos outros aspectos.

Ao analisar os Projetos Pedagógicos da instituição de EPT, vigentes no período que corresponde do final dos anos 1990 até primeira década dos anos 2000, não se observou nenhuma discussão a respeito da questão da educação inclusiva. Pode-se concluir, então, que as discussões sobre essa temática estavam ainda muito incipientes, que a inclusão não era um processo institucionalizado, e que o trabalho e esforço para tentar garantir a educação que fosse inclusiva no Colégio Politécnico não era algo institucionalizado.

Inicialmente, a Lei Nº 12.711/2012, que trata sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabeleceu reserva de vagas para estudantes das escolas públicas, autodeclarados Pretos, Pardos e Indígenas e oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. Diante dos muitos anos de exclusão de grupos das universidades e das instituições federais de ensino, considera-se que essa lei representou um avanço no que se refere à educação inclusiva.

Posteriormente a Lei Federal Nº 13.409/2016 estabeleceu a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diante dessa nova normativa, a Universidade Federal de Santa Maria e, conseqüentemente, os sujeitos do Colégio, buscaram se organizar de modo mais efetivo para que fosse possível atendê-la. Por isso, no ano de 2017, os editais de seleção para ingresso nos cursos do colégio já previam essa reserva de vagas, conforme a legislação em vigor e, em 2018, ingressaram por cotas os primeiros estudantes com deficiência.

Essa realidade, apresentada pela Lei Federal Nº 13.409/2016, trouxe novos desafios para o trabalho dos docentes e dos servidores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem desses estudantes, exigindo um trabalho conjunto também com outros órgãos, conforme foi evidenciado na análise do Projeto Pedagógico. Neste documento fica estabelecido que a partir do Atendimento Educacional Especializado, realizado semanalmente, são organizados documentos orientadores aos docentes, com sugestões de estratégias pedagógicas e avaliativas que podem contribuir com o processo de ensino aprendizagem dos estudantes que estão em acompanhamento.

Por fim, outra ação que se considera importante e que está mencionada no Projeto Pedagógico, são os momentos de Formação de Professores, que ocorrem, especialmente, através de Rodas de Conversa. Ao analisar as ações realizadas, no sentido de promover a inclusão dos estudantes entende-se que os espaços de troca de experiências e que

instiguem os professores a refletirem sobre a prática pedagógica, contribuindo para a efetiva inclusão educacional é de fundamental importância, tendo em vista que os professores que trabalham na Educação Profissional e Tecnológica possuem, em sua maioria, formação técnica específica de cada área. Por isso, entende-se que a formação, de modo geral, e a formação para a inclusão, de modo específico, acontece no trabalho, nas relações, na reflexão sobre a prática.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da inclusão nas políticas públicas educacionais tornou-se mais contundente, especialmente, a partir da Constituição Federal de 1988. Outros movimentos internacionais também interferiram e pressionaram a elaboração de leis brasileiras, no sentido de promover a inclusão das pessoas que apresentem alguma necessidade educacional. No entanto, a inclusão, de modo efetivo e de acordo com o que prevê a legislação, anda a passos lentos.

No que se refere à educação, a Lei Federal Nº 13.409/2016, que trata da reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos processos seletivos das instituições da Rede Federal de ensino, apresentou desafios diversos para os sujeitos dessa rede. A partir disso, os sujeitos do *lôcus* dessa pesquisa buscaram criar estratégias pedagógicas, a fim de que os estudantes com deficiência pudessem também permanecer e obter êxito no seu percurso educacional. Posteriormente, essa preocupação com a permanência e com o êxito estendeu-se para os estudantes com dificuldade psicológicas e de aprendizagem.

Ao analisar os documentos, que foram selecionados para esse estudo, em especial o Projeto Pedagógico da instituição, observou-se que as experiências para inclusão se concretizam através de diversas ações construídas pelos sujeitos do colégio. A primeira ação está relacionada ao acesso das pessoas com deficiência aos cursos técnicos e tecnológicos, reservando vagas para pessoas com deficiência. As outras ações analisadas dizem respeito à permanência e êxito dos estudantes destaca-se, com isso, que a inclusão não acontece, na sua essência, de forma individualizada. O trabalho colaborativo entre os diversos sujeitos do ambiente escolar e institucional é fundamental.

Outra ação analisada, neste estudo, e que auxilia na concretização da inclusão é a promoção de tempos e espaços de formação dos servidores da instituição em relação à inclusão. Por ser uma escola de Educação Profissional, a maioria dos professores possuem formação nas áreas técnicas, específicas. Desse modo, a formação pedagógica e continuada tem se apresentado como uma estratégia que favorece uma educação que seja inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 17/11/2021.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN. Brasília: Senado Federal, 1996.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 17/11/ 2021.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogado pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministério da Educação em 7 de jan. 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008c.

_____. **Lei Federal Nº 13.409/2016** que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre, Artmed; 2009.

NOMA, Amélia Kimiko; KOEPESEL, Eliana Claudia Navarro; CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. **Trabalho e Educação em documentos de políticas educacionais.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº especial, p. 65-82, ago. 2010 - ISSN : 1676 - 2584.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

A

Acessibilidade 25, 179

Adultos 7, 8, 34, 35, 36, 100, 101, 102, 103, 121, 142

Ambiental 55, 210

Análise 11, 25, 28, 33, 34, 37, 43, 46, 49, 51, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 101, 104, 105, 108, 114, 121, 124, 125, 133, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 157, 158, 159, 162, 181, 186, 191, 200, 201, 206, 207, 208

Aprendizagem 2, 3, 6, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 35, 37, 38, 39, 44, 62, 74, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 112, 113, 121, 123, 126, 127, 135, 136, 137, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 170, 171, 173, 174, 176, 177, 178, 181, 182, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 206, 207, 208, 210

Atividades 4, 6, 7, 18, 21, 22, 23, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 48, 79, 80, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 133, 165, 170, 172, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 192, 200, 203, 204, 205

Aula 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 38, 111, 113, 121, 122, 123, 135, 136, 137, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 171, 182, 185, 186, 187, 189, 191, 193

Avaliação 21, 87, 113, 127, 154, 168, 192, 194, 197, 198, 199, 200, 204, 207, 208, 209

B

Brasil 15, 31, 62, 74, 78, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 98, 105, 109, 111, 112, 113, 121, 122, 123, 128, 138, 140, 142, 143, 145, 162, 163, 164, 167, 173, 174, 179, 182, 183, 192, 195, 196, 201, 209

C

Cidadania 3, 4, 5, 7, 8, 39, 49, 86, 93, 126, 127, 142, 164

Ciência 6, 31, 33, 36, 39, 75, 84, 91, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 121, 122, 123, 125, 147, 148, 149, 169, 192

Covid-19 12, 17, 19, 22, 25, 26, 30, 32, 34, 35, 36, 107, 109, 110, 111, 121, 122, 123, 196, 197, 205, 208, 209

Crianças 7, 8, 102, 111, 134, 142, 176, 177, 178, 181

Cultura 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 33, 57, 58, 59, 98, 109, 111, 123, 131, 143, 154, 168, 171, 189

Cultural 1, 2, 3, 6, 7, 8, 59, 91, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 111, 128, 131, 138, 163

D

Desenvolvimento 2, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 27, 28, 31, 32, 34, 41, 43, 51, 76, 84, 88, 90, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 113, 114, 117, 125, 126, 134, 138, 142, 152, 153, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 193, 197, 210

Docente 1, 11, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 26, 28, 29, 37, 74, 98, 99, 102, 106, 113, 122, 137, 149, 155, 156, 158, 160, 164, 166, 168, 170, 171, 174, 175, 180, 181, 183, 192, 208

E

Educação 1, 2, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 49, 51, 62, 80, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 153, 156, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 172, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201, 208, 209, 210

Educação básica 32, 34, 41, 103, 121, 122, 124, 126, 127, 134, 165, 167, 179, 182, 192

Educacional 1, 2, 3, 5, 7, 9, 14, 17, 18, 22, 31, 41, 45, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 111, 112, 113, 121, 122, 123, 127, 134, 139, 140, 141, 143, 144, 148, 156, 157, 161, 163, 164, 167, 176, 177, 179, 183, 184, 185, 189

Ensino 2, 1, 2, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 51, 84, 87, 88, 90, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 134, 135, 136, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 163, 164, 166, 167, 173, 174, 176, 177, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 195, 196, 197, 208, 209, 210

Ensino remoto 11, 12, 13, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 106, 107, 108, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121

Escola 5, 14, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 75, 93, 102, 109, 110, 121, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 144, 150, 157, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 179, 180, 182, 184, 185, 187, 188, 190

Estudantes 18, 19, 26, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 47, 48, 51, 87, 102, 103, 106, 107, 112, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 184, 185, 187, 188, 191, 192

F

Família 4, 8, 18, 35, 36, 37, 44, 107, 118, 120, 134, 137, 142, 179, 180

Federal 1, 31, 34, 35, 49, 62, 77, 92, 96, 106, 108, 109, 110, 111, 121, 122, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 166, 183, 210

Formação 1, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 41, 43, 47, 48, 49, 51, 76, 78, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 139, 143, 144, 146, 150, 155, 156, 157, 160, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 186, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 198, 200, 201, 203, 206, 207, 208, 209

G

Gestão 1, 2, 3, 5, 7, 9, 31, 40, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 95, 108, 123, 137, 138, 163, 183, 200

H

Humano 1, 2, 3, 5, 7, 8, 12, 14, 17, 19, 32, 38, 41, 46, 52, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 104, 173, 183

I

Identidade 4, 7, 43, 93, 103, 104, 133, 188

Inclusão 7, 20, 31, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 208

Indígenas 143

Infantil 7, 55, 124, 133, 178, 210

J

Jovens 7, 8, 34, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 85, 110, 111, 121, 142, 164, 185, 186

L

Leitura 2, 32, 43, 89, 126, 127, 132, 141, 153, 164, 165, 185, 188, 192, 194, 200, 206, 207

Liberdade 37, 126, 127, 142

Licenciatura 166, 168, 176, 183

Língua 32, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 184, 185, 192, 206

M

Metodologia 3, 6, 11, 12, 13, 15, 16, 20, 22, 30, 32, 33, 34, 36, 43, 48, 74, 75,

84, 114, 120, 121, 125, 132, 150, 151, 152, 153, 154, 162, 176, 185, 186, 188, 189, 197, 199

N

Narrativas 165, 166, 168

Necessidade 6, 22, 47, 48, 51, 95, 108, 112, 115, 125, 136, 140, 144, 147, 148, 155, 157, 159, 168, 169, 172, 177, 179, 182, 185, 186, 188, 195, 196, 199, 204, 205, 207, 208

P

Pedagogia 1, 9, 31, 32, 39, 122, 138, 156, 157, 159, 164, 166, 168, 183, 192, 210

Período 11, 13, 17, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 62, 74, 77, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 109, 110, 113, 115, 124, 133, 134, 143, 166, 172, 178, 194, 199

Possibilidade 6, 15, 20, 42, 45, 108, 111, 118

Práticas 5, 16, 30, 31, 32, 39, 41, 76, 82, 93, 101, 113, 131, 142, 149, 152, 155, 162, 164, 166, 167, 168, 177, 180, 182, 183, 186, 187, 192, 206, 208, 210

Problemas 3, 5, 11, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 28, 30, 37, 45, 56, 57, 76, 80, 94, 98, 102, 112, 152, 153, 154, 157, 160, 162, 167, 178, 180, 199, 206

Professores 11, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 99, 102, 104, 105, 107, 108, 112, 113, 116, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 146, 147, 150, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 180, 181, 182, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 201

Profissional 3, 4, 5, 7, 8, 12, 14, 15, 19, 20, 28, 31, 32, 41, 45, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 103, 109, 110, 111, 112, 121, 122, 123, 124, 129, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 144, 154, 155, 156, 159, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 180, 181, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 206, 207

R

Remotas 11, 13, 18, 19, 20, 22, 25, 27, 29, 30, 34, 37

S

Sociedade 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 14, 15, 32, 39, 46, 47, 51, 96, 98, 99, 101, 102, 109, 111, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 142, 150, 176, 177, 179, 180, 181, 184, 186, 189, 191, 198

T

Tecnologias 11, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 51, 99, 105, 112,

113, 122, 123, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193

Tecnológica 21, 30, 31, 109, 110, 121, 122, 139, 144, 147, 156, 161, 163, 180, 185, 187, 191

Trabalho 1, 3, 5, 7, 8, 12, 17, 19, 20, 24, 25, 27, 31, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 74, 76, 78, 80, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 92, 94, 95, 98, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 113, 114, 118, 119, 120, 122, 126, 127, 128, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 153, 154, 155, 156, 160, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 190, 191, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209

www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br



A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Políticas educacionais e
o saber e o fazer educativos

 **Atena**
Editora
Ano 2023

3

www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br



A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Políticas educacionais e
o saber e o fazer educativos